Ata da audiência pública sobre o EIA/RIMA do empreendimento "Linha de Transmissão - LT de 500 kV Araraquara II - Taubaté", de responsabilidade da COPEL Geração e Transmissão S/A, realizada no dia 8 de dezembro de 2011, na cidade de Limeira.

Realizou-se, no dia 8 de dezembro de 2011, às 17 horas, no Nosso Clube, na Avenida Ana Carolina de Barros Levy, nº 325, Vila Paraíso, Limeira/SP, a audiência pública sobre o EIA/RIMA do empreendimento "Linha de Transmissão - LT de 500 kV Araraquara II - Taubaté", de responsabilidade da COPEL Geração e Transmissão S/A (Proc. CETESB 193/2010). Dando início aos trabalhos, a Secretário-Executivo do CONSEMA, Germano Seara Filho, declarou que, em nome do Secretário de Estado do Meio Ambiente e Presidente do CONSEMA, Deputado Estadual Bruno Covas, saudava e dava boas vindas aos representantes do Poder Executivo – nas pessoas dos Ilustríssimos Senhores Laerte Hernandes Vasconcelos Jr., Secretário de Planejamento Urbano do Município de Cosmópolis, e Ana Cristina Ferreira Machado, Secretária de Planejamento e Urbanismo do Município de Limeira – Legislativo, dos órgãos públicos – na pessoa do 1º Tenente João Antonio da Silva Jr., do 4º e 6º Pelotões de Polícia Militar Ambiental de Araras e Rio Claro –, das organizações da sociedade civil – na pessoa da Ilustríssima Senhora Neide Gonçalves, Presidente do Diretório do Partido dos Trabalhadores do Município de Limeira –, das entidades ambientalistas, enfim, a todos que vieram participar da audiência pública sobre o EIA/RIMA do empreendimento "Implantação da Usina Termoelétrica Termo São Paulo", de responsabilidade da COPEL Geração e Transmissão S/A. (Proc. CETESB 193/2010). Declarou que possuía a função regulamentar de conduzir as audiências públicas promovidas pela Secretaria de Estado do Meio Ambiente e pelo CONSEMA sobre empreendimentos, projetos e obras em licenciamento, planos de manejo, enfim, acerca de tudo aquilo que diz respeito ao Sistema Estadual do Meio Ambiente. Declarou ainda que a audiência pública, como indicava o próprio nome, é um evento aberto a qualquer interessado, dado que se pretende sempre democrático, e em cujo desenrolar determinada proposta ou projeto é apresentado a todos, para que dêem as opiniões, formulem indagações, contribuições, sugestões e críticas e tudo o que possa contribuir para melhoria do projeto ou proposta apresentada. Esclareceu também que seu papel nas audiências públicas é completamente isento, e sua função, tão somente conduzir os trabalhos de forma totalmente neutra para garantir que aqueles que tenham algo a dizer possam fazê-lo de forma democrática e organizada. Expôs resumidamente as normas estabelecidas pela Deliberação CONSEMA Normativa 01/2011 para a condução das audiências públicas e declarou que o CONSEMA previu que elas se desdobrem em três momentos ou partes. Esclareceu que na primeira parte tem lugar a apresentação, pelo empreendedor ou seu representante, do projeto ou proposta, e, em seguida, uma exposição detalhada dos estudos ambientais elaborados sobre ele. Explicou que, imediatamente após, fariam uso da palavra aqueles que representam as organizações da sociedade civil, com direito cada um deles a até cinco minutos, seguidos por cidadãos que não representam órgãos públicos ou entidades civis e que falam em seu próprio nome, com direito a três minutos cada um. Em seqüência, se manifestam os representantes de órgãos públicos das esferas federal, estadual e municipal, a seguir, os representantes do CONSEMA e do COMDEMA que se inscreverem, com direito também a cinco minutos cada um. Por fim, acrescentou, falariam os representantes do Poder Executivo, seguidos daqueles que representam o Poder Legislativo, e que o motivo pelo qual os representantes desses dois poderes falam em último lugar é que só assim poderão manifestar-se acerca das críticas, elogios e sugestões feitas pelos diferentes segmentos da sociedade que antes deles tenham se manifestado, podendo assim opinar ou oferecer esclarecimentos que

Av. Prof. Frederico Hermann Jr., 345 – Prédio 6, 1ºAndar CEP 05489-900 São Paulo – SP
Tel.: (0xx11) 3133-3622 Fax.: (0xx11) 3133-3621 E-mail: consema.sp@ambiente.sp.gov.br

eventualmente os pontos de vista expostos tenham suscitado. Reiterou que só poderia fazer uso da palavra quem se inscrevesse e que, portanto, aquele que o desejasse e ainda não houvesse se inscrito o fizesse. Declarou que se encontrava presente, nesta audiência, um representante da área de licenciamento ambiental da CETESB, o engº civil Rodrigo Passos Cunha, vinculado ao Departamento de Avaliação Ambiental de Empreendimentos da CETESB, a quem convidava para compor a Mesa Diretora dos Trabalhos, que era presidida por ele, Secretário-Executivo do CONSEMA, e integrada por um representante do Conselho eleito entre aqueles que se fizessem presentes, mas que até então nenhum havia comparecido. Passou-se a palavra ao representante do Departamento de Avaliação Ambiental de Empreendimentos da CETESB, o engº civil Rodrigo Passos Cunha, vinculado ao Departamento de Avaliação Ambiental de Empreendimentos da CETESB, que fez as ponderações que seguem. Inicialmente que o processo de licenciamento do empreendimento encontrava-se na primeira fase do licenciamento, aquela que culmina com a concessão da licença prévia com base em um parecer que será elaborado levando em conta não só os estudos ambientais como também os pareceres e relatórios enviados por outros órgãos sobre aspectos envolvidos no empreendimento que são de sua competência A súmula desse parecer será enviada ao CONSEMA, para que examine se o Plenário dever avocar ou não sua apreciação. Em caso positivo, o CONSEMA poderá reiterar ou não a indicação de viabilidade feita pelo Departamento de Avaliação de Impacto Ambiental da CETESB. Em caso positivo, concederá licença ambiental prévia, após o que essa agência ambiental dará continuação ao licenciamento, prosseguindo com as concessões das licenças de instalação e de operação. Acrescentou que as informações que serão colhidas, hoje, serão apensadas ao processo e analisadas a possibilidade de integrá-las ou não ao parecer.. Passou-se à etapa em que tem lugar os esclarecimentos do empreendedor e da equipe responsável pelos estudos. Francisco de Paiva Lima, engº eletricista e gerente do Departamento de Projetos de Linhas de Transmissão da COPEL Geração e Transmissão S/A, apresentou o projeto e o histórico do empreendimento, sua natureza, atividades, objetivos e benefícios, e Adriana Malinowiski, engª civil e gerente da Ambiotech Consultora, apresentou os estudos ambientais.Passou-se à etapa em que se manifestam os representantes da sociedade civil. Mário Sérgio C. da Silva, representante da Associação Beneficente Cultural e Recreativa de Rio Claro – ABCR Tamoyo, declarou que fazia parte da Secretaria da Agricultura do Município, na condição de assessor, e que também fazia parte tanto do Conselho Municipal de Meio Ambiente – COMDEMA como do Conselho de Desenvolvimento Urbano da Cidade, possuindo, portanto, experiência na área ambiental. Declarou que se preocupa com a obra, por ser muito extensa e, por conseguinte, atravessar áreas onde existem rios, como é o caso do Rio Corumbataí, e nascentes. Proponho que, para cada árvore cortada sejam replantadas vinte e cinco. Referiu-se ao programa de reflorestamento em processo de implantação no município e sobre a necessidade de se construir um viveiro de mudas, principalmente pelo seu elevado preço, pois o custo de cada uma oscila entre trinta e quarenta reais. Argumentou que outra questão importante diz respeito à transferência do impacto ambiental da obra para outras cidades, também em conseqüência de sua grande extensão. Argumentou que tudo parece correr muito bem, pois se promete que a legislação será cumprida, que serão indenizados aqueles que forem desalojados, e a dúvida que sobrevive é como realmente será recuperado o impacto, porque, a seu ver, se uma árvore for retirada em Limeira, é no território desse município que ela deve ser replantada. Referiu ao fato de a linha passar por uma área onde existe um cemitério de escravos, que deve ser tombada. Propôs que todos os conselhos existentes no município fossem convocados, até mesmo porque nas reuniões já feitas alguns não compareceram por não haver condições para se

Av. Prof. Frederico Hermann Jr., 345 – Prédio 6, 1ºAndar CEP 05489-900 São Paulo – SP
Tel.: (0xx11) 3133-3622 Fax.: (0xx11) 3133-3621 E-mail: consema.sp@ambiente.sp.gov.br

locomoverem. Propôs que, em cada cidade, fosse instituído um ouvidos para receber as reclamações, o que ofereceria subsídios para o enfrentamento dos problemas, e ponderou que, embora seja pequeno o impacto que será causado, para o agricultor, para a pessoa que retira sua sobrevivência do solo, ele é significativo. Enfatizou que, por se tratar de área protegida e que funciona como o pulmão não só de Limeira, como de outras cidades como Rio Claro, é a de florestas, que deve ser preservada. Por fim, observou, chegou-se ao consenso que, quando qualquer cidadão tiver algum problema, ele será ouvido e se buscará uma saída. Passou-se à etapa em que se manifestam os representantes de Conselhos. Enéas Antônio Ferguzon, representante do Conselho de Desenvolvimento Rural do Município de Rio Claro e Vice-Presidente do COMDEMA de Rio Claro, comentou inicialmente foi feita uma demarcação prévia do trajeto por onde passará o linhão, e que, como se sabia, no Brasil as propriedades estão-se tornando minifúndios, e muitas delas estão sendo inventariadas. Lembrou que existe uma faixa de servidão e outra na qual será instalada a rede de telefonia, e que sobre ela devem ser dados alguns esclarecimentos, principalmente no que concerne à indenização, como, por exemplo, como será feito o cálculo, como serão retiradas as pessoas, se há condutas estabelecidas para as diferentes situações e o que vai acontecerá com o produtor. Acrescentou que esse tipo de informação não será dado durante a audiência, pois este não é um momento pertinente, mas que, certamente, a COPEL e a Secretaria do Meio Ambiente do Estado de São Paulo forneceriam, oportunamente, essas informações. Embora não houvessem se inscrito, manifestaram-se ainda as pessoas cujas manifestações passam a ser transcritas. Lúcia Escussil informou que era geóloga e fez pós-graduação em Rio Claro e que se preocupou quando tomou conhecimento desse projeto, levando em conta que o Mundo está preocupado com a utilização de novas formas de energia. Comentou que a produção de energia por meio de hidrelétricas está na ordem do dia, em decorrência de sua extensão, que dá lugar a diferentes níveis de impacto, inclusive no cultivo de alimentos, em virtude do magnetismo, que afeta as pessoas. Trata-se, portanto, de uma questão muito séria, principalmente por se tratar de área urbanizada. Francisco de Paiva Lima, representante da COPEL, informou que essa empresa tinha um canal de comunicação com a população, infelizmente, e que, infelizmente, não apresentou o eslaide nem ofereceu informações durante a apresentação sobre esse tipo de serviço. No que concernia a medidas a serem adotadas para mitigar alguns problemas ambientais, como a recomposição da área a ser impactada, para o que se faz necessário o exato conhecimento do total de vegetação que será suprimida.. Referiu que nos Municípios de Rio Claro, São Carlos e Limeira, o empreendimento seguoa paralelo a outras linhas que já conviviam com a cultura da região, mas que algumas, entre as quais a da cana de açúcar, serão indenizadas. Adriana Malinowski, representante da Ambiotech, lembrou que, com relação ao Programa de Comunicação Social, que funcionará durante todo o período de execução da linha, ele já se encontra em operação e possui informações importantes, que estão sempre disponíveis. Acrescentou que as equipes que trabalham nesse programa estarão acompanhando o andamento da construção da linha, e orientando a população no que for necessário, por ocasião das reuniões. Lembrou ainda que, se por acaso, algum morador não conseguir manter contato pessoal com algum de seus metros, deverão, através do serviço de comunicação 0800, solicitar a informação que deseja. Informou que a construção do empreendimento causará impacto ao longo de toda a linha e que, com o propósito de se detalhar melhor esses impactos, poder-se-ia ilustrar todos eles a partir de um único trecho. O que podemos fazer é apresentar, pegar um trecho e discutir mais de perto, verificando algumas perguntas, respondendo perguntas de forma mais particular as dúvidas de vocês. Declarou que estava à disposição para fazer essa demonstração caso fosse procurada. No que se referia à produção de

Av. Prof. Frederico Hermann Jr., 345 – Prédio 6, 1ºAndar CEP 05489-900 São Paulo – SP
Tel.: (0xx11) 3133-3622 Fax.: (0xx11) 3133-3621 E-mail: consema.sp@ambiente.sp.gov.br

alimentos, lembrou que a faixa de servidão é de passagem. Com relação à produção de alimentos, são feitas algumas restrições, principalmente no que concernia aos maquinários mais altos que escapam do padrão, e também em relação à queima da cana-de-açúcar, que pode provocar algum tipo de acidente. No entanto, outros tipos de cultivo nenhuma interferência sofrerão. Referiu que, no Paraná, mesmo executada por tratores, a colheita é feita embaixo das linhas, evitando-se assim algum tipo de prejuízo. Referiu também que nenhum estudo comprovou algum tipo de contaminação, pois os níveis de eletromagnetismo são muito baixos quando comparados com o que a legislação permite. Respondendo à questão formulada pelo Senhor Enéias Antonio Ferguzoni, a Senhora Rosária informou que trabalhava com a fiscalização da linha e que já foram realizadas reuniões com a população dos municípios que sofrerão interferências, como é o caso de Cosmópolis. Neste município, observou, foi feita reunião com a Secretaria Municipal da Agricultura, oportunidade em que se tentou reunir todos os munícipes que serão atingidos pela linha, e a essa reunião compareceu um grande número de munícipe. E que continuava disponível para dirimir qualquer dúvida. Adriana Malinowski afirmou que estava contatando todos os proprietários ou diretamente ou por telefone ou deixando uma carta com os números dos telefones da empresa e dos profissionais envolvidos, para que o destinatário com eles contatassem. Informou também que, se alguém tiver o número do telefone de algum cidadão do Município de Rio Claro que estiver insatisfeito, que nos seja informado o número de seu telefone. Enéias Antônio Ferguzon propôs que as empresa deveria ter os dados de todos os proprietários que serão atingidos, pois Rio Claro é um dos municípios onde ocorrem mais roubos na área rural, e que ele mesmo já ouviu de um dos proprietários a informação seguinte: "O pessoal esteve aqui e me pediu para assinar um papel". Portanto, acrescentou, a empresa deveria adotar procedimentos que lhe assegure e aos proprietários sobre as informações solicitadas por estes e repassadas pela COPEL. Ao final colocou à disposição as instalações do Conselho Agrícola Municipal e do COMDEMA e declarou ser sua intenção contribuir para que todos os procedimentos sejam esclarecidos, impedindo que, no futuro, algum venha a ser anulado. Adriana Malinowski agradeceu e reiterou que os técnicos da COPEL se identificam quando fazem trabalho de campo e que, quando surge algum problema, a empresa tenta rapidamente resolvê-lo Outro técnico vinculado à COPEL informou que, como já foi afirmado, a linha terá uma servidão de passagem, mas, para tanto, não ocorrerão desapropriações, mas, sim, indenizações, e que elas serão feitas pelo valor de mercado, e a COPEL não tem nenhum interesse em pagar um preço menor. Informou também que os procedimentos de avaliação são regidos pela Norma Brasileira 14.653. Informou também que, quando a negociação ocorria amigavelmente – buscando-se, para tanto, atender todos os proprietários e chegar ao melhor acordo possível –, o prazo para que tudo se cumprisse era, aproximadamente, trinta dias, que correspondia à instalação da pessoa em nova residência; porém, observou, se a negociação for feita por via judicial, tudo transcorrerá segundo as determinações constantes da decisão final. Enéias Antônio Ferguzon lembrou que, com certeza, a mudança ocorreria nesse prazo, mas no que concernia à construção de curral, de avicultura ou de outras instalações, sua execução, com certeza, não seria concluída em trinta dias. O mesmo acontecerá, observou, se o produtor rural quiser construir a sua casa. Francisco de Paiva Lima esclareceu que, no que concernia ao convívio das linhas de transmissão com o sistema de telefonia, até hoje nenhuma interferência havia sido relatada. Acrescentou que, naquilo que se referia ao eletromagnetismo, não existiam estudos conclusivos nem no Brasil nem em nenhum outro país sobre possível contaminação das pessoas que vivem às margens de linha de transmissão ou que as percorrem diariamente. Também, no que se referia ao impacto a ser causado no Município de Limeira, a questão era pontual. Sandra, funcionária

Av. Prof. Frederico Hermann Jr., 345 – Prédio 6, 1ºAndar CEP 05489-900 São Paulo – SP
Tel.: (0xx11) 3133-3622 Fax.: (0xx11) 3133-3621 E-mail: consema.sp@ambiente.sp.gov.br

da COPEL ofereceu informações sobre os possíveis impactos a serem causados nas diferentes formações florestais existentes nos vinte e oito municípios; sobre as melhorias que serão implementadas visando à melhoria da qualidade das águas, inclusive da Bacia do Rio Corumbataí, das condições das áreas de preservação permanente e dos corredores entre os fragmentos, fazendo esta última benfeitoria parte do programa de compensação florestal. Enéias Antônio Ferguzon propôs se convidassem representantes dos órgãos constituídos por representantes dos produtores para participar da próxima reunião a ser realizada com a UNESP e sugeriu que se convidassem representantes dos órgãos de classe dos produtores. Chamou atenção para o barulho ensurdecedor que será produzido por essa linha a ponto de causar mal-estar nas pessoas, e perguntava quais medidas seriam adotadas para diminui-lo. Ana Cristina F. Machado, Secretária de Planejamento e Urbanismo de Limeira, pediu que se registrasse em ata que as questões sobre essa linha de transmissão vinham sendo discutidas há mais de um ano. Esclareceu também que já foram feitas apresentações para os conselhos municipais, inclusive o COMDEMA de Limeira, e também com representantes dos órgãos legislativo e executivo.Lamentou, afinal, que um número maior de cidadãos de Limeira não tivessem comparecido a essa audiência. Depois de o Secretário-Executivo informar que todos haviam sido convidados, Ilmar Moreira, também técnico da COPEL, ofereceu as seguintes informações. Em primeiro lugar, que o Sistema Elétrico de Potência foi planejado há mais de cinco anos, que era a empresa de Pesquisa Energética responsável pelo crescimento do sistema elétrico, de modo a atender o crescimento da carga de todo o país. Acrescentou que esse sistema elétrico sai do Rio Madeira, proveniente precisamente das usinas de Giral e Santo Antônio, que se encontram em construção, e que ele foi planejado para atender a região sudeste do país, cujo principal centro de carga era São Paulo. Em segundo lugar, declarou que, com relação a essas torres e ao sistema de transmssão, existiam inúmeras normas e, recentemente, foram regulamentados os níveis dos campos elétrico e magnético e os níveis de ruído para todo o Brasil. Informou que essa legislação entrou em vigor em maio de 2010, e que, anteriormente a ela havia muita polêmica, uma vez que o Brasil não possuía regulamentação dessa natureza e se tomava como referência as normas norteamericana, europeia e russa. Informou ainda que a potência dessa linha não atingirá o limite máximo, e que, em nossas residências, os níveis de alguns equipamentos como geladeira, microondas, barbeador elétrico, entre outros, apresentavam níveis de campo magnético muitas vezes superior ao dessa linha – mas que, mesmo assim, ela será rigorosamente monitorada, antes e depois de sua construção: antes, em decorrência da presença de instalações elétricas aí já existentes, e, depois, para fazer o acompanhamento e comprovar, efetivamente, se aquilo que calculamos, aquilo que projetamos, aquilo que previmos efetivamente acontecerá. Enfatizou que a população pode ficar tranqüila porque não será utilizada apenas a infraestrutura da COPEL, mas aquela existente em todo o Brasil, e que o Ministério das Minas e Energia está preocupado com o conforto e o bem-estar de todos. O Secretário-Executivo, Germano Seara Filho, após lamentar a reduzida participação popular naquele evento, declarou terem sido cumpridas todas as etapas da audiência e que todo interessado teria o prazo de cinco (5) dias úteis, contados da data desta audiência, para enviar contribuição ou sugestão que vise o aperfeiçoamento do projeto. Acrescentou que tal contribuição deveria ser encaminhada ou pelo correio eletrônico através do endereço consema.sp@ambiente.sp.gov.br ou através dos Correios ou, ainda, ser protocolada diretamente na Secretaria Executiva do CONSEMA. Agradeceu, em nome do Secretário de Estado do Meio Ambiente e Presidente do CONSEMA, Deputado Bruno Covas, a presença de todos e declarou encerrados os trabalhos da audiência. Eu, Paula F. de Querioz Siqueira, da Secretaria Executiva do CONSEMA, lavrei e assino a presente ata.

Av. Prof. Frederico Hermann Jr., 345 – Prédio 6, 1ºAndar CEP 05489-900 São Paulo – SP
Tel.: (0xx11) 3133-3622 Fax.: (0xx11) 3133-3621 E-mail: consema.sp@ambiente.sp.gov.br